



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

**PROJETO DE LEI N. 41/21**

**Altera a Lei Municipal n. 432, de 19 de Novembro de 2001 que Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos no calçamento ou asfalto das vias e logradouros públicos do município de Itaú de Minas.**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas/MG aprova:

**Art. 1º** - Fica alterado o caput do art. 1º da Lei Municipal n. 432 e acrescido o parágrafo único com a seguinte redação:

*“Art. 1º - Os danos provenientes de obras de instalação ou manutenção de rede de água, esgoto, telefonia, energia elétrica, cabos de rede ou de qualquer natureza no calçamento ou asfalto de vias e logradouros públicos, deverão ser, obrigatoriamente, refeitos pelas empresas que causarem tais danos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do término do serviço que ocasionou o dano no Município de Itaú de Minas.*

*Parágrafo único – A reparação dos danos causados pelas concessionárias deverá ser igual ou superior em qualidade e durabilidade em relação aos serviços e materiais utilizados no reparo.*

**Art. 2º** - Fica alterado o art. 2º da Lei Municipal n. 432 que passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º - O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará em multa de 10 URs (cem Unidades de Referência) por metro quadrado do dano causado.*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaú de Minas, em 24 de junho de 2021.

**ROBERTO GONÇALVES VIEIRA - VEREADOR**

**\* [Assinado Digitalmente]**

**FABIANO GOMES DE LIMA – VEREADOR**

**\* [Assinado Digitalmente]**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

Mensagem

Senhores Vereadores.

Venho propor ao egrégio plenário, o Projeto de Lei n. 41/21, que **Altera a Lei Municipal n. 432, de 19 de Novembro de 2001 que Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos no calçamento ou asfalto das vias e logradouros públicos do município de Itaú e Minas.**

O referido projeto visa alterar a Lei municipal ampliando o prazo que as concessionárias executem os reparos necessários quando da abertura de ruas pois o prazo de 07 dias não permitia um acomodamento do material sendo mais eficaz um tempo maior para uma boa compactação do material usado.

Também estipulamos em lei o valor da multa em caso de descumprimento desta norma em 10 URs cerca de 1.550,00 por metro quadrado do dano causado para forçar a empresa a repor dentro do prazo estipulado e ainda exigir que a reparação dos danos causados pelas concessionárias seja igual ou superior em qualidade e durabilidade em relação aos serviços e materiais utilizados no reparo.

Assim sendo, pedimos o apoio dos nobres pares para a apreciação do referido projeto.

Sala das Sessões, em 24 de Junho de 2021.

**ROBERTO GONÇALVES VIEIRA - VEREADOR**

\* [Assinado Digitalmente]

**FABIANO GOMES DE LIMA – VEREADOR**

\* [Assinado Digitalmente]